

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade

2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade

2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências jurídicas: fundamentação, participação e efetividade 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-190-6

DOI 10.22533/at.ed.906211506

1. Direito. 2. Fundamentação. 3. Participação. 4. Efetividade. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **CIÊNCIAS JURÍDICAS: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE 2**, coletânea de vinte e seis capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito penal; estudos em direito e regulamentação; estudos em direito tributário, direito do trabalho e direito previdenciário; estudos sobre o papel do judiciário na sociedade contemporânea; e outras temáticas.

Estudos em direito penal traz análises sobre pacote anticrime, juízo de garantias, direito penal do autor, expansionismo penal latino-americano, feminicídio, violência contra a mulher, drogas, pornografia de vingança, violência de gênero, combate a corrupção e valor probante de depoimentos.

Em estudos em direito e regulamentação são verificadas contribuições que versam sobre inteligência artificial, compliance, poder regulamentar e regulamentação.

Estudos em direito tributário, direito do trabalho e direito previdenciário aborda questões como tributos sobre consumo de bens e renda, trabalho análogo a escravo, violência nas relações de trabalho, aposentadoria especial e reforma da previdência.

No quarto momento, estudos sobre o papel do judiciário na sociedade contemporânea, juiz facilitador, decisão judicial, processo eletrônico, Conselho Nacional de Justiça e a relação entre tribunais e universidades.

Por fim, em outras temáticas, há abordagens que tratam de temas como normas em relação aos agricultores familiares, empresa simples de crédito e eutanásia.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CRÍTICAS AO PACOTE ANTICRIME E O POLÊMICO JUÍZO DE GARANTIAS	
Matheus Soares Caetano	
Thiago Rodrigues Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.9062115061	
CAPÍTULO 2	14
DIREITO PENAL DO AUTOR: O INIMIGO AINDA É O MESMO?	
Marcelo Bessa	
Pedro Patel Coan	
DOI 10.22533/at.ed.9062115062	
CAPÍTULO 3	23
A MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM COMO SUSTENTAÇÃO DO EXPANSIONISMO PENAL LATINO-AMERICANO: UMA PERSPECTIVA ABOLICIONISTA	
Lorena Gonçalves Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9062115063	
CAPÍTULO 4	28
A LINGUAGEM DO FEMINICÍDIO: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E DO JUDICIÁRIO PARAIBANOS NA CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA CAPAZ DE INTERFERIR NA EFETIVA APLICAÇÃO DA QUALIFICADORA	
Alice Almeida Nóbrega	
Gustavo Barbosa de Mesquita Batista	
DOI 10.22533/at.ed.9062115064	
CAPÍTULO 5	41
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	
Maria Júlia de Marco Souza	
Erika Chioca Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.9062115065	
CAPÍTULO 6	56
GUERRA ÀS DROGAS: OS LIMITES ENTRE O LEGAL E O ILEGAL DA POLÍTICA PROIBICIONISTA E O SEU LEGADO NA SOCIEDADE AMAZONENSE	
Stefanie Natalina da Silva Alecrim	
DOI 10.22533/at.ed.9062115066	
CAPÍTULO 7	67
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A DIVULGAÇÃO DE MATERIAL ÍNTIMO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS	
Rosa Cristina da Costa Vasconcelos	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9062115067	

CAPÍTULO 8	78
APLICABILIDADE DO <i>COMPLIANCE</i> COM O SUPORTE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO COMBATE A CORRUPÇÃO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS	
Ligia Damiani Riedel Luanna Ramos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9062115068	
CAPÍTULO 9	91
O VALOR PROBANTE DOS DEPOIMENTOS DE POLICIAIS ANTE PRINCÍPIOS E TENDÊNCIAS DO PROCESSO PENAL	
Roberta de Lima e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9062115069	
CAPÍTULO 10	112
SOLUÇÕES BASEADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADAS AO DIREITO: LIMITES E POSSIBILIDADES	
Ézio Oliveira Júnior Vilson Leonel	
DOI 10.22533/at.ed.90621150610	
CAPÍTULO 11	133
COMPLIANCE NA GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO FISCAL DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS ENQUANTO FOMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA	
Marlene de Fátima Campos Souza Eric Matheus Cescon Smaniotto Alves	
DOI 10.22533/at.ed.90621150611	
CAPÍTULO 12	146
PODER REGULAMENTAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS SOB O VIÉS DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE	
Daiane Silvia Santana Brandi Leopoldo Rocha Soares	
DOI 10.22533/at.ed.90621150612	
CAPÍTULO 13	162
ANÁLISE DO SERVIÇO ELETRÔNICO DE TRANSPORTE PRIVADO URBANO POR MEIO DE APLICATIVOS E SEUS IMPACTOS JURÍDICOS E CONCORRENCIAIS – ASPECTOS REGULATÓRIOS	
Beatriz Martins Maciel Gustavo Ramos Carneiro Leão	
DOI 10.22533/at.ed.90621150613	
CAPÍTULO 14	172
TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS: VANTAGENS, DESVANTAGENS E A ALTERNATIVA SUBSTITUTIVA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA	
Paulo Matheus do Carmo Costa	

Hélio Silvio Ourém Campos

DOI 10.22533/at.ed.90621150614

CAPÍTULO 15..... 183

OS REFUGIADOS NO BRASIL E AS CONDIÇÕES ANÁLOGAS A ESCRAVO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Letícia Buhner Samra

Silvana de Souza Netto Mandalozzo

Lucas Buhner Samra

DOI 10.22533/at.ed.90621150615

CAPÍTULO 16..... 203

CONSTRUCCIÓN DE LA TERRITORIALIDAD MAQUILADORA. EL USO DE LA VIOLENCIA EN LAS RELACIONES LABORALES

Victor Hugo Jara Cardozo

DOI 10.22533/at.ed.90621150616

CAPÍTULO 17..... 214

LIMBO TRABALHISTA PREVIDENCIÁRIO: A SITUAÇÃO DOS EMPREGADOS, EMPREGADORES E INSS

Maria Joarina Aguiar Paulino

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

DOI 10.22533/at.ed.90621150617

CAPÍTULO 18..... 224

APOSENTADORIA ESPECIAL POR ADICIONAIS DE RISCOS- DIVERGÊNCIA DE CRITÉRIOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS APÓS REFORMA PREVIDENCIÁRIA

João Manoel Grott

DOI 10.22533/at.ed.90621150618

CAPÍTULO 19..... 265

A IMPARCIALIDADE E O DEVER DE CONFIDENCIALIDADE DO JUIZ FACILITADOR DA AUTOCOMPOSIÇÃO DOS CONFLITOS JUDICIAIS

Tatiana Socoloski Perazzo Paz de Melo

Luciano Athayde Chaves

DOI 10.22533/at.ed.90621150619

CAPÍTULO 20..... 279

DECISÃO JUDICIAL: SEUS REQUISITOS E SUA RELEVÂNCIA JURÍDICA

Carolina Costa

DOI 10.22533/at.ed.90621150620

CAPÍTULO 21..... 290

O PROCESSO ELETRÔNICO COMO FORMA DE GARANTIA DE DIREITOS

Márcio Jean Malheiros Mendes

Raquel Lima de Souza

DOI 10.22533/at.ed.90621150621

CAPÍTULO 22.....	295
O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A EFICÁCIA DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO	
Mariana Albuquerque Melo	
Luciano Athayde Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.90621150622	
CAPÍTULO 23.....	307
O ABISMO ENTRE OS TRIBUNAIS E A UNIVERSIDADE	
Pedro Patel Coan	
DOI 10.22533/at.ed.90621150623	
CAPÍTULO 24.....	313
A NECESSIDADE DE EFICÁCIA E ADEQUAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS EM RELAÇÃO AOS AGRICULTORES FAMILIARES - O CASO DO KOCHKÅSE, NO VALE DO ITAJAÍ (SC)	
Odacira Nunes	
Marilda Checcucci Gonçalves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.90621150624	
CAPÍTULO 25.....	328
EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO – INOVAÇÃO NO MERCADO DE CRÉDITO	
Rafael Monteiro Teixeira	
Laura Donato Dallaqua	
DOI 10.22533/at.ed.90621150625	
CAPÍTULO 26.....	335
EUTANÁSIA E AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE SOB A ÓTICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Caroline Silva de Araujo Lima	
Esley Ruas Alkimin	
Lucas Oliveira Rezende Carvalho	
Luiza Oliveira de Macedo	
Letícia Gomes Souto Maior	
Erika Soares Rocha	
Flávio Soares Rocha	
Ana Beatriz Rocha Cavalcanti	
Marina Quio Vieira	
Luiza Bomtempo Araújo	
Brenda dos Santos Herdi	
Iasmin Klein	
DOI 10.22533/at.ed.90621150626	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	343
ÍNDICE REMISSIVO.....	344

GUERRA ÀS DROGAS: OS LIMITES ENTRE O LEGAL E O ILEGAL DA POLÍTICA PROIBICIONISTA E O SEU LEGADO NA SOCIEDADE AMAZONENSE

Data de aceite: 01/06/2021

Stefanie Natalina da Silva Alecrim

Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas
Manaus, Amazonas.
<http://lattes.cnpq.br/4665560183018388>

RESUMO: O presente artigo analisa e mensura a influência do tráfico de drogas e a consequente violência que esse gera no âmbito urbano da cidade de Manaus. Tem como base o impacto gerado pela Lei 11.343/06, conhecida como Lei de Drogas, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelecendo normas para repressão à produção não autorizada, ao tráfico ilícito de drogas, mantendo ainda a diferenciação do usuário para o traficante. O uso de substâncias alucinógenas polariza as opiniões tão brutalmente que traz a ideia de que existem apenas duas opções para solucionar o problema: legalizar ou criminalizar o uso de entorpecentes. O objetivo será analisar, através do método dedutivo, a finalidade para qual a Lei de Drogas foi criada e qual foi a preocupação do Governo; mensurar o quão grave e grande foi o problema trazido pela política proibicionista que deixa a relação usuário-traficante em uma linha tênue entre o legal e o ilegal, punindo o usuário, mas deixando o “chefão” do crime organizado do tráfico de drogas “livre” e afetando a vivência em sociedade, transformando o tráfico de drogas em

uma ameaça à Segurança Nacional, pois força o Estado a combatê-lo com armas de fogo em ambiente urbano, assumindo a possibilidade de envolver e vitimizar cidadãos que não são ligados ao tráfico. O mercado do tráfico é tão forte e lucrativo, que os traficantes sustentam um poderio bélico bem mais potente que o disponibilizado para os Agentes de Segurança Pública. E a população continua vivendo em extrema sensação de insegurança, no meio do campo de guerra.

PALAVRAS - CHAVE: Narcotráfico, “Guerra às Drogas”, violência urbana, Lei 11.343/06, Lei 13.840/2019.

ABSTRACT: This article analyzes and measures the influence of drug trafficking and the violence that it generates in the urban field of the city of Manaus. It's based on the impact generated by Law 11.343 / 06, known as the Drug Law, which prescribes rules to prevent misuse, care, and social reintegration of drug users; establishing rules for suppressing unauthorized production and trafficking of illicit drugs while maintaining differentiation between the user and the trafficker. The use of hallucinogenic substances polarizes opinions so brutally that brings the idea that there are only two options to solve the problem: legalize or criminalize the use of narcotics. The objective will be to analyze, through the deductive method, the purpose for which the Drug Law was created and what was the Government's concern; measure how severe and great is the problem created by the prohibitionist policy that leaves only a fine line between the concepts of user and trafficker, punishing the user, but leaving the “big

boss” of organized crime of drug trafficking “free” and affecting social life, transforming drug trafficking into a threat to National Security, as it forces the State to fight it with firearms in an urban environment, assuming the possibility of involving and victimizing citizens that are not linked to trafficking. The trafficking market is so strong and profitable that traffickers maintain a much more powerful military power than the made available to Public Security Agents. And the population continues living in an extreme sense of insecurity, right in the middle of the war field.

KEYWORDS: Drug trafficking.

1 | INTRODUÇÃO

Há cem anos não havia narcotráfico. As drogas não eram criminalizadas ou sequer imoralizadas, mas eram consumidas nas ruas ou em qualquer lugar. Não havia regulamentação e não havia proibição, pois, as drogas ainda não eram de fácil acesso.

Com o passar dos anos, ao observar o impacto nas relações sociais, os psicoativos foram sendo vistos como um problema à saúde devido ao fato de submeter o indivíduo em uma relação de dependência e ser costumeiramente associado aos cafetões e pessoas de baixa renda.

O assunto foi objeto de discussão pública pela primeira vez na Conferência de Haia de 1912, momento em que foi assinado o primeiro Tratado Internacional sobre o tema. Ainda assim, naquele tratado, não havia se estipulado um regime de criminalização ou mesmo uma limitação sobre todos os entorpecentes no “mercado”, mas apenas um em especial: o ópio, tanto que a Convenção ficou conhecida como a Convenção Internacional do Ópio¹.

Ficou acordado a limitação do uso do ópio somente para finalidades médicas, criminalizando assim toda e qualquer interação com a substância sendo utilizada para fins não medicinais. Ficou entendido que o seu uso não medicinal é patológico em si.

Desde a Conferência de Haia, a discussão se potencializou e ganhou força no meio acadêmico e nos debates entre médicos e sanitaristas nos Estado Unidos, estendendo-se para outros países das Américas, Ásia e Europa. O uso o uso de entorpecentes para recreação passou a ser moralmente criminalizado por ser “constantemente associado à xenofobia e racismo. Nos Estados Unidos a maconha era identificada com hispânicos, o ópio com chineses, a cocaína com negros, o álcool com irlandeses e italianos” (RODRIGUES, 2012, pág. 10).

No Brasil, a heroína, por exemplo, tornou-se um problema de saúde pública quando, nos anos 1910, passou a ser tida como a droga de cafetões e prostitutas, enquanto a maconha, vista como substância de negros capoeiras, era associada a um problema de ordem pública já no século XIX. (PASSETI, 1991).

¹ *League of Nations Treaty Series*, vol. 8, pp. 188-239.

A primeira vitória alcançada pela política proibicionista foi no ano de 1919, nos Estados Unidos, quando foi aprovada, como 18ª emenda à Constituição Americana, a Lei Seca², que tornava ilegal toda produção, consumo e circulação de bebidas com qualquer teor alcoólico.

Os Governos Mundiais decidiram adotar este tipo de proibição, marcando a incorporação dos “princípios americanos” (VARGAS, 2001, p.204), pois havia muita discussão por parte das juntas médicas e moralistas da época acerca dos malefícios causados pela ingestão do álcool na saúde do ser humano. Entretanto, a abordagem escolhida pelos Estados Unidos deixou seu legado que causou e continua causando consequências inextinguíveis.

O crime organizado começou justamente com a Lei Seca durante o século 20, onde surgiram as maiores famílias mafiosas que o mundo atual conhece; e que, hoje, passam a ser inspiração de filmes, como a trilogia *O Poderoso Chefão*, onde é contada a trajetória e ascensão de uma família mafiosa e a constante luta entre as facções criminosas pelo domínio e estabelecimento de sua supremacia; demonstrando como se vive no limite da ilegalidade.

A região Norte, mais especificamente o Estado do Amazonas, até pouco tempo, não se encontrava entre as regiões onde o tráfico atua ferozmente. Entretanto, no ano de 2006, descobriu-se após sucessivas investigações, que a terceira maior facção criminosa do país controla o tráfico de drogas em toda região, possuindo o monopólio na região da Tríplice Fronteira (Brasil- Colômbia- Peru), a famosa Rota Solimões, por onde entram e saem milhares de toneladas de entorpecentes de todos os tipos a cada ano e para as mais diversas regiões do mundo.

Desse modo, o proibicionismo – com sua combinação de moral e repressão seletiva a certos grupos sociais – eclode como tática de controle social, mas com uma abordagem selvagem, criminalizando e punido com reclusão social; o que resultou, ao invés de uma solução para o problema, a criar uma luta infundável onde até hoje se pode ver resquícios.

A Guerra às Drogas inicialmente se apresentou como normas sanitárias, estabelecendo parâmetros para amenizar o impacto das substâncias psicoativas na relação social, a intenção de se implementar normas era controlar o uso de psicoativos garantindo que somente fossem utilizados para fins médicos e não recreativos, já que, os estudos e debates da época analisavam o grau de nocividade química para seus usuários. Essa era uma solução plausível enquanto se analisava somente a degeneração do estado de saúde de pessoas diretamente envolvidas com o uso.

Entretanto, “a ‘questão de drogas’, que nos primeiros anos do século XX sequer existia como um ‘problema’ social ou de saúde pública, em pouco mais de duas décadas se transformou em uma ‘ameaça às sociedades civilizadas” (SERRANO e TORO, 2005, pág. 242).

2 KIVIG; David E. Law, Alcohol, and Order: Perspectives on National Prohibition Green wood Press, 1985

Como metodologia aplicada, foi identificada a pertinência de, além dos aspectos legais e teóricos, realizar pesquisa de campo destinada à coleta de dados para fim de compor um diagnóstico de casos concretos, permitindo-se identificar possíveis distorções entre a literalidade dos dispositivos legais. Nesse texto, foram utilizados como fonte de casos reais as matérias de jornais.

Esse estudo foi elaborado com uma abordagem qualitativa e método dedutivo, portanto trata-se de situações reais que após serem analisadas qualificam a veracidade das pesquisas analisadas. Para testificar a veracidade foram utilizados artigos, livros e escritores renomados, também sendo utilizados textos científicos, pautado pela apresentação de teses e da legislação vigente de modo qualitativo.

2 | DESENVOLVIMENTO

A recriminação do uso passou a ser um forte tema de debate após o marco da proibição do comércio e consumo do álcool nos Estados Unidos com a Lei Seca, de 1919. Essa lei foi revogada em 1933 e deixou como legado para os dias atuais os grupos ilegais que atuam e se especializam no tráfico dessas e de outras substâncias. Nasceram as facções criminosas que dedicam suas vidas para a fabricação, transporte e venda de drogas.

Em todos os lugares que aplicam a política proibicionista, os problemas se repetem e a principal preocupação é como a sociedade, estando no meio de confrontos diários entre policiais e narcotraficantes, se comporta diante da desestruturação familiar, que afeta a construção da sociedade. Com a segurança fragilizada, essas famílias acabam ficando do lado dos “fora da lei” prezando por suas próprias vidas e pelo dos seus familiares.

O Narcotráfico não é apenas um delito cometido individualmente onde, quando descoberto, alguma coerção será aplicada; mas sim um sistema que compõe um fluxo ininterrupto, envolvendo centenas de pessoas que trabalham plantando, produzindo, transportando e comercializando a droga.

A característica de transterritorialidade, pois geralmente o país de produção difere do da comercialização, afasta o narcotráfico de objetivos políticos tradicionais. Sendo assim, é melhor definido como uma empresa privada, a essência do crime organizado, hierarquizada tão rigidamente que muitas vezes a desobediência ao seu superior leva o indivíduo envolvido à morte (RODRIGUES, 2012, pag. 33).

Entretanto, é um tema pouco abordado devido à sua complexidade e a escassez de informações, mas o pouco que se sabe e é divulgado à população, ou mesmo comentado pelos moradores que vivem nas mediações das “bocas de fumo”, é alarmante.

2.1 A eficácia da Lei de Drogas

Segundo a estatística apresentada pelo Jornal G1, “em 2006, quando a lei 11.343 (Lei de Drogas), que trata até mesmo o próprio usuário como criminoso começou a valer, eram 31.520 presos por tráfico nos presídios brasileiros. Em 2013, esse número passou para 138.366. Agora (2017) são ao menos 182.779” (G1, São Paulo, 2017). Os dados apresentados mostram o quão grande é, e o quanto cresce constantemente, o número de pessoas envolvidas com essa atividade ilícita.

As facções criminosas colocam a sociedade em meio a um estado de violência que abala todo quadro de guerra clássica que conhecemos no século XX com as Guerras Mundiais. As guerras contemporâneas (novos conflitos internacionais) são de irrupção surpreendente e muitas vezes efêmera, ocorrendo dentro da espacialidade das regiões urbanas ou fronteiriças, constantemente. Os protagonistas deixam de ser movidos por condutas políticas, como no século XX; produzidos na sombra e regidos de ilegalidade e criminalização, os narcoguerrilheiros são movidos, geralmente, pela conquista de poder associada à conquista de grandes riquezas (RODRIGUES, 2012).

“A Organização das Nações Unidas chegou a estimar que a indústria das drogas gera um movimento de capital em torno de 400 bilhões de dólares anuais” (SANTANA, 1999). Os envolvidos com tais atividades veem que no tráfico “a conquista de poder por meio da prática de ações julgadas ilícitas diminui a diferença entre pobres e ricos” (PERALVA, 2000); e devido à mobilidade social, ao porte de armas, a violência e a relação de confiança desses grupos, a sociedade é “obrigada” a respeitar os traficantes, já que as Leis Proibicionistas implantadas pelo Governo tem uma eficácia limitada “associada à incapacidade do Estado em colocar em prática uma política pública de segurança que tenha como foco a desarticulação das organizações criminosas bem e suas lideranças” (Spencer, 2015).

Segundo Pellegrino (1987), para uma lei ser respeitada ela tem que ser temida. E nossas leis não funcionam para garantir os direitos da maioria das pessoas nem para cobrar os deveres de certas minorias que detêm a maior parte da renda que circula em nosso país. Daí a fala dos jovens (e qualquer um traficante) quando praticam algum ato ilícito: “*não dá em nada*”. (NELSON e GRANER-ARAÚJO, 2011).

O Governo, em combate direto com as organizações criminosas, faz uso das Forças Armadas, apoiado pela Lei Complementar 97, para a repressão da mesma. Entretanto, a militarização do Combate às Drogas instigou esses Cartéis a utilizarem armamentos para um combate direto gerando para os cidadãos ondas de violências “que afetou principalmente as regiões metropolitanas e, nelas, os bairros populares e as favelas. A entrada dos cartéis colombianos e das máfias ligadas ao narcotráfico [...]” (ZALUAR, 2004b, pag. 210) subsidiou a difusão do crime organizado, dando-os poderio bélico, causando um quadro de instabilidade social, gerando insegurança e proliferando violência.

No Brasil, as 03 maiores e principais facções que atuam são: o (1) PCC (Primeiro

Comando da Capital), que atua na região da grande São Paulo, o (2) CV (Comando Vermelho) atua no Rio de Janeiro e a (3) FDN (Família do Norte) que é a facção mais recente (criada aproximadamente no ano de 2006) e atua na região Norte controlando a maior entrada de drogas no país, a Rota Solimões.

A FDN tem como foco adquirir o monopólio do comércio de entorpecentes no Norte e tem o fluxo Tabatinga-Manaus como a base de atuação. Recrutando dentro dos presídios do Norte, ficou durante cerca de 10 anos atuando na ilegalidade e no dia 01 de janeiro de 2017 foi autora da maior chacina do Brasil dentro do Complexo Penitenciário que causou mais de 60 mortes, Anísio Jobim (Compaj) evidenciando ainda mais como as guerras entre facções afeta qualquer um que viva nessa espacialidade. A banalização da vida, insegurança e ameaças de morte são apenas alguns exemplos do que a população manauara vivencia todos os dias .

Para compreender o aumento da violência é preciso atentar para a participação de policiais e outros atores políticos nessa rede criminosa, para a lógica interna aos grupos criminosos e para os grupos de extorsão/extermínio formados por policiais." (ZALUAR, 2004b)

A FDN, facção que “domina” as ruas de Manaus, foi descoberta após a Operação *La Muralla* realizada pela Polícia Federal, em 2015. Da investigação resultou a prisão de um dos seis líderes da facção, José Roberto Fernandes Barbosa (Zé Roberto), que seria a ligação da facção com o CV. Além de Zé Roberto e Carnaúba - que já estava preso desde 2002 - o grupo conta com mais quatro, que seriam, também, os pilares: Geomilson Lira Arantes, Cleomar Ribeiro de Freitas, Alan Souza Castimário e “João Branco”. Os seis líderes ditam as regras da facção com bases rígidas de hierarquia e impõem suas normas por meio de extrema violência, característico dessa facção (COSTA e BIANCHI, 2017).

É importante salientar que a sociedade é a que mais sofre com as retaliações e demonstrações de poder do grupo. No caso da chacina, “o resultado foram corpos esquartejados, decapitados, e com olhos, corações e vísceras arrancados, jogados em carrinhos de levar comida e queimados.” (STACHERO, 2017). O Promotor de Justiça Alexandre Moraes afirmou que não se pode achar, de forma simplista, que todas as mortes estão relacionadas ao ataque de facções - muitos dos mortos estavam presos por roubo e homicídio - mas que fazem parte de algo maior que é o crime organizado. Interpreta-se, por meio dos fatos explanados, que a segurança humana na cidade de Manaus está extremamente comprometida devido às ações das organizações criminosas (SEVERIANO e LIFSITCH).

“Para o pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, Ayala Colares, a sensação de violência sentida pelos moradores do Norte é provocada pelo tráfico de drogas” (D’AGOSTINO, 2013). Conforme mostra a Figura 1.

Sensação de segurança da população Em % de pessoas seguras por região



Figura 1

Fonte: D'AGOSTINO, 2013

“Existe, em nosso país, uma guerra civil, sob a forma de assaltos, roubos, assassinatos, estupros – e outras gentilezas do gênero. Esta guerra foi declarada –e é mantida - pelo capitalismo selvagem brasileiro” (PELLEGRINO, 1983) o “surto crescente de violência e de delinquência”, em nosso país, é o resultado dessa patologia social, a qual desrespeita o direito do trabalhador formal de receber o mínimo para a sua integridade física e psíquica, forçando-o a avaliar que é mais honrado ser um “delinquente fora da lei” do que em nome dela (PELLEGRINO, 1987).

“É evidente que as pessoas inseridas no tráfico podem optar por não trabalhar no tráfico, assim como as pessoas podem mudar de bairro. No entanto, se ficarem, elas terão que obedecer.” (NELSON e GRANER-ARAÚJO, 2011).

No artigo “O adolescente, tráfico de drogas e função paterna”, publicado por Nelson Pedro Silva e Renata Cristina Graner-Araújo, é feita uma pesquisa com três adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. A faixa etária deles é de 12 a 16 anos, idade em que os jovens iniciam neste ramo; geralmente, por possuírem uma renda baixa, por recrutamento, ou por pura curiosidade, adquirem conhecimento deste mundo nas ruas, com alguns colegas de rua que já praticam tais atos e findam encaminham os jovens para a atividade ilegal. “Como cidadãos que vivem na *sociedade do espetáculo*, nossos jovens também desejavam ser valorizados e o caminho que encontraram para ‘terem audiência’, foi o do crime, assim como os seus ídolos” (SILVA e GRANER-ARAÚJO, 2011).

2.2 O tráfico e as relações socioafetivas

A realidade do narcotráfico afeta a vida dos traficantes e deteriora a vida do usuário da droga. Ao ingressar na vida de viciado, o mesmo passa a gastar maior parte do seu salário para sustentar o vício, o que prejudica a família do usuário. Muitas vezes, quando a necessidade do usuário não é atendida, ou quando o dinheiro acaba, ele começa a vender objetos dentro de sua casa e tendo atitudes brutas geradas pela abstinência da substância psicoativa.

Segundo o estudo (divulgado pelo G1), o dependente químico afeta as atividades diárias e o psicológico dos familiares: 58% das famílias com algum usuário de drogas têm afetada a habilidade de trabalhar ou estudar, 29% das pessoas estão pessimistas quanto ao seu futuro imediato e 33% têm medo que seu parente beba ou se drogue até morrer, ou alegam já ter sofrido ameaças do familiar viciado.(CARVALHO, 2013).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) adotou, segundo informes contidos em publicação da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD *Um guia para a família* (2001), a seguinte terminologia, no que se refere a drogas: Experimentador: pessoa que experimenta droga, levada geralmente por curiosidade. Aquele que prova a droga uma ou algumas vezes e em seguida perde o interesse em repetir a experiência. Usuário ocasional: pessoa que utiliza uma ou várias drogas quando disponíveis ou em ambiente favorável, sem rupturas (distúrbios) afetiva, social ou profissional. Usuário habitual: pessoa que faz uso frequente, porém sem que haja ruptura afetiva, social ou profissional, nem perda de controle. Usuário dependente: pessoa que usa a droga de forma frequente e exagerada, com rupturas dos vínculos afetivos e sociais. Não consegue para quando quer.

A família é, com certeza, a esfera social mais afetada pelo narcotráfico. As drogas são um caminho fácil para aqueles que querem uma “vida fácil”, mas muito perigoso, se torna um ciclo vicioso, a família desestruturada não submete a criança à valores morais, e processos educativos, pois “somente assim ela, provavelmente, agirá de acordo com os valores da sua cultura (será um sujeito) (NELSON e GRANER-ARAÚJO, 2011). Portanto, ao analisar o impacto do narcotráfico na vida social é importante conhecer a pré-história dos jovens (os envolvidos com o narcotráfico), somente assim se entende o lugar que eles ocupam hoje.” (NELSON e GRANER-ARAÚJO, 2011).

Geralmente as famílias que enfrentam problemas estão nas camadas sociais mais baixas da sociedade manauara, tem envolvimento, ou faz parte do recorte espacial do tráfico de drogas. A criança entra neste mundo de tráfico para conseguir dinheiro, e para gerar dinheiro é necessário que os indivíduos comprem a droga. Ou seja, ao comprar drogar se contribui para que uma criança seja escravizada pela vida de “ostentação” que é pregada nas propagandas televisivas e em qualquer meio social, ou, até mesmo, sendo levada a isso apenas pela necessidade.

Vivendo em um mundo capitalista para ostentar ou para suprir necessidades básicas

é necessário ter dinheiro, caso contrário, se morre de fome; é de se esperar que as pessoas tenham atitudes desesperadas e sigam caminhos que jamais seguiriam se tivessem outra oportunidade.

2.3 Atualizações com a Lei 13.840/2019

Quem alimenta o tráfico é o usuário, logo, pouco adianta prender um ou outro traficante (que sempre será substituído em sua área com prontidão), se a demanda continua em alta. A velha lei do mercado diz: onde há procura, há oferta! O objetivo deve ser diminuir o número de usuários.

Tendo em vista a atual situação onde o Sistema de Segurança não conseguiu diminuir razoavelmente o narcotráfico seguindo um raciocínio onde a prisão ou o serviço comunitário seja a única opção, é necessário que se apresente uma solução exequível.

Por esse motivo, em 2019 foram realizadas alterações na Lei de Drogas com esse objetivo. As políticas que foram implementadas visam o tratamento do usuário ou depende de drogas, sendo autorizada a internação quando autorizada pelo médico, como dispõe o art. 23-A.

Além disso, foi disposto como será realizado o Acolhimento do dependente pelas Comunidades Terapêuticas (Art. 26-A), foi disposto um plano individual de atendimento (art. 23-B), foi instituída a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas (art. 19-A).

Ou seja, o caminho que o Governo decidiu seguir nesse momento é o correto: cuidar para que o viciado/usuário de drogas retorne a sociedade.

A norma jurídica não deve ter o caráter coercitivo com os usuários, mas deve ampara-los e ajudá-los a serem reinseridos na sociedade de modo que não se criminalize a vítima dos vícios, mas que se reconheça o estado de necessidade em que o mesmo se encontra, criando assim uma política não proibicionista, mas de caráter reeducador.

Por outro lado, apesar do avanço, a pergunta chave que deve ser feita é como diferenciar o traficante do usuário? Como o judiciário realizar a análise correta da vida do cidadão?

Não adianta decidir sobre políticas de acolhimento ao usuário se, na prática, os juízes não a aplicação pois não diferenciam o usuário do traficante.

Nesse caso, a solução proposta é que se realize a triagem médica dos acusados em todos os casos de tráfico de drogas. Essa triagem deve ser realizada sem que o acusado seja recluso na penitenciária. Dessa forma, será possível direcionar o portador da droga para a punição ou para o acolhimento.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criminalização das drogas seguida da militarização do Combate às Drogas, gera uma onda de violência sem fim que transformou o combate ao tráfico de drogas em um dos maiores conflitos atuais, gerando milhares de mortes em combates que acontecem em

meio à área urbana e perde o fundamento para o qual a norma jurídica aqui pautada foi criada: uma questão de saúde pública.

Policiais e traficantes são flagrados disputando espaço constantemente e quem sofre com tais atitudes e políticas adotadas pelo governo não é a classe alta, pois essas “guerras” geralmente ocorrem onde existem pessoas de renda baixa, pela periferia da cidade.

A solução mais exequível seria a criação de uma triagem médica nos acusados para que se diferencie o usuário do traficante de drogas, concedendo ao usuário a possibilidade de ser novamente inserido no âmbito social, como muito bem implementou a Lei 13.840/2019.

Sem o comprador, não existirá mais o vendedor. Sem mercado, não há oferta. E o acompanhamento do governo é importante para que essas pessoas não retornem a vida antiga, mas melhorem a cada dia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, LEI DE DROGAS**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>

BRASIL, **LEI 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20altera%20a,drogas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&context=1>

CARVALHO, Eduardo. **Pesquisa mostra como drogas desestruturam famílias de dependentes**. Disponível em <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/12/pesquisa-mostra-como-drogas-desestruturam-familia-de-dependentes.html>>.

COSTA, Flávio e BIANCHI, Paula. **Chefe da FDN pegou 120 anos por chacina em 2002 no mesmo presídio de Manaus**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/10/chefe-da-fdn-pegou-120-anos-por-chacina-em-2002-no-mesmo-presidio-de-manaus.htm?>>

COUTINHO JR, Noberto. **Controvérsias a respeito da eficácia da lei antidrogas**. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2013/controversias-a-respeito-da-eficacia-da-lei-antidrogas-norberto-coutinho-junior>.

D'AGOSTINO, Rosanne. **Norte lidera sensação de insegurança no país, segundo IBGE**. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/11/norte-lidera-sensacao-de-inseguranca-no-pais-segundo-ibge.html>. Figura 1

G1, São Paulo. Um em cada três presos do país responde por tráfico de drogas. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml>>

MOTTA, Thiago. **Narcotráfico no Brasil movimentou 15.5 bilhões por ano; cifra é o pivô de massacre**. Disponível em <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/narcotrafico-no-brasil-movimentou-15-5-bilhoes-por-ano-cifra-e-o-pivo-de-massacres-1.438397>>.

PASSETI, Edson. **Das “fumeries” ao narcotráfico**. São Paulo; Educ, 1991.

PELLEGRINO, Hélio. (1987). **Pacto edípico e pacto social**. Em PY, L. A. *Grupo sobre grupo* (pp. 195-205). Rio de Janeiro: Rocco.

PELLEGRINO, Hélio (1983). **Pacto edípico e pacto social**. Folhetim- Suplemento da Folha de São Paulo nº 347 de 11 de Setembro de 1983.

PERALVA Anna (2000). **Violência e democracia: O paradoxo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra**. Contexto Internacional (PUC). Vol.34 nº1 - janeiro/junho 2012, p.9-41.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (2011). “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. Contexto Internacional, Vol.2, Nº3, p. 41-59.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. Revista Brasileira Política Internacional Vol.42 nº.2 - Julho/Dezembro 1999, Brasília

Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). **Um guia para a família**. Brasília: Senad, 2011.

SERRANO, Mónica e TORO, María Celia. Del narcotráfico al crimen transnacional organizado en América Latina. In: BERDAL, M.: SERRANO, M. (Org.). Crimen transnacional organizado y seguridad internacional: cambio y continuidad. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 233-273

SILVA, Nelson Pedro e GRANER-ARAÚJO, Renata Cristina. **O adolescente, tráfico de drogas e função paterna**. Revista Psicologia Política, Vol. 11 nº21- junho 2011, São Paulo

SPENCER, David. **Análise da situação do crime organizado na Amazônia feita em entrevista para o Jornal Acrítica**. < <http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/fdn-conheca-os-pilares-da-familia-do-crime-no-amazonas>>

SEVERIANO, Adneison e LIFSITCH, Andrezza. No AM, ministro diz que é erro ligar mortes de presos somente a facções. Disponível em <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/no-am-ministro-diz-que-e-erro-ligar-mortes-de-presos-somente-faccoes.html>

STACHERO, Tathiane. **ENTEDA: o que a disputa nacional entre facções tem a ver com a barbárie no presídio do Amazonas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/entenda-o-que-a-disputa-nacional-entre-faccoes-tem-a-ver-com-a-barbarie-no-presidio-do-amazonas.ghtml>>

VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”**. 2001. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política.

ZALUAR, Alba. **Crime, medo e política**. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 2004b.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agências Reguladoras 7, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161

Agricultores Familiares 5, 9, 313, 324

Aposentadoria Especial 5, 8, 224, 225, 226, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263

C

Ciências Jurídicas 2, 5, 12, 13, 28, 30, 75, 223, 277, 307

Combate a corrupção 5, 7, 78

Compliance 5, 7, 78, 79, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145

Conselho Nacional de Justiça 5, 9, 48, 117, 266, 267, 269, 270, 275, 276, 277, 295, 296, 298, 299, 305, 306

D

Decisão Judicial 5, 8, 101, 119, 126, 279, 280, 281, 283, 285, 286, 287, 288

Direito 5, 6, 7, 1, 2, 4, 6, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 56, 62, 74, 75, 76, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 169, 170, 180, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 195, 196, 199, 201, 204, 214, 217, 222, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 236, 241, 242, 244, 245, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 261, 262, 263, 268, 269, 270, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 299, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 328, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343

Drogas 5, 6, 14, 20, 21, 36, 37, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 308, 309, 312

E

Efetividade 2, 5, 79, 100, 140, 144, 266, 269, 276, 298, 299, 300, 301, 321, 325, 326

Empresa Simples de Crédito 5, 9, 328, 331, 332, 333, 334

Eutanásia 5, 9, 335, 336, 337, 338, 340, 341, 342

F

Feminicídio 5, 6, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 73

Fundamentação 2, 5, 98, 108, 136, 241, 279, 285, 286, 287, 288

J

Juiz Facilitador 5, 8, 265

P

Pacote Anticrime 5, 6, 1, 2, 7, 9, 11, 13

Participação 2, 5, 33, 38, 61, 113, 141, 145, 153, 174, 179, 235, 267, 271, 272, 274, 296, 303, 318, 339

Penal 5, 6, 7, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 37, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 71, 73, 74, 75, 76, 86, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 130, 131, 193, 194, 200, 269, 275, 278, 306, 310, 312, 332, 337, 338, 339, 341, 342

Perspectiva Abolicionista 6, 23, 26

Pornografia de vingança 5, 6, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76

R

Reforma da Previdência 5, 241, 246, 247, 248

Refugiados 8, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

S

Serviço Eletrônico 7, 162

T

Trabalho Escravo 191, 192, 193, 198, 201

Tribunais 5, 9, 22, 35, 55, 87, 88, 89, 110, 111, 116, 117, 139, 142, 143, 145, 161, 219, 224, 226, 244, 251, 252, 258, 259, 261, 267, 268, 277, 278, 287, 288, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 334

Tributação 7, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

U

Universidades 5, 307, 316

V

Violência contra a Mulher 5, 6, 28, 29, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 54, 55, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 77

Violência de Gênero 5, 6, 28, 43, 48, 55, 67, 73, 76

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade

2



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade

2



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 